

Carla Zambelli vai recorrer à condenação do STF

Advogado da parlamentar alegou inexistência de provas

Por Karoline Cavalcante

A defesa da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) informou nesta quinta-feira (15) que vai recorrer da decisão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), que por unanimidade, a condenou a dez anos de prisão. Ela é acusada de idealizar uma invasão ao sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e por falsidade ideológica. Além da pena, a parlamentar também foi sentenciada à perda do mandato e ao pagamento de R\$ 2 milhões por danos morais coletivos, valor que deverá ser dividido com o hacker Walter Delgatti — também condenado no processo, que ela teria contratado para executar a invasão do sistema.

Durante coletiva de imprensa na sede do Partido Liberal, em São Paulo, Zambelli, acompanhada de seu advogado, Daniel Bialski, apontou discrepâncias dentro do processo. Segundo a deputada, os depoimentos feitos por Delgatti à Polícia Federal apresentam contradições e ela alegou não saber a verdadeira motivação dele em acusá-la. “Em cada um dos depoimentos ele contou uma versão”, afirmou.

Defesa

Na ocasião, Bialski criticou o fato de o julgamento ter sido procedido em plenário virtual, sem a possibilidade de sustentação oral — principalmente se tratando de um processo que ocorre no último grau do Judiciário, com pouca possibilidade de apresentação de recursos.

“É uma afronta, não só ao direito de defesa da Carla, mas a todas as pessoas que vierem a



Lula Marques/ Agência Brasil

Zambelli afirmou não haver nenhuma prova contra ela no processo

ser julgadas pelo STF. Faço uma súplica para que os ministros mudem esse tipo de procedimento”, declarou. Na avaliação do advogado, não há nenhuma prova de que Zambelli tenha feito qualquer pedido ao hacker, a quem chamou de “mentiroso contumaz”.

“Não tem uma mensagem, não tem uma ligação, não tem um e-mail, não tem nada que diga que ela tenha pedido, mandado ou encomendado qualquer tipo de coisa”, afirmou Daniel Bialski.

“Seria burrice”

De acordo com a parlamentar, a tentativa de emissão de um mandado falso de prisão contra o ministro do STF, Alexandre de Moraes, no sistema do CNJ — conforme consta no processo, “seria burrice”.

“Eu não colocaria meu mandato em risco por causa de uma brincadeira sem graça”, disse.

Embora tenha novamente eximido o ex-presidente Jair

Bolsonaro (PL) de qualquer relação com o caso, Zambelli declarou que ele não a procurou após a decisão da Corte. “De um tempo para cá, eu não esperava ser acolhida. Numa situação como a gente está, é difícil você esperar o acolhimento das pessoas. Mas eu sei que eu tenho o acolhimento da família. A Michelle já me procurou, o [senador] Flávio Bolsonaro, o [deputado licenciado] Eduardo Bolsonaro comentou o meu caso. E eu acho que isso, para mim, é suficiente para mostrar que todo o meu trabalho não foi em vão”, afirmou

Saúde

Ela relatou, ainda, que possui alguns problemas de saúde como a síndrome de Ehlers-Danlos, que provoca deslocamentos nas articulações e órgãos; a síndrome de taquicardia ortostática postural, condição que causa batimento cardíaco acelerado ao ficar muito tempo em pé; além de manter um

tratamento contra depressão. Questionada se essas condições poderiam ser utilizadas para embasar uma prisão domiciliar, Zambelli disse que, se necessário, isso será apresentado em momento oportuno.

“Ainda que seja injusta, eu vou seguir a decisão. Eu sigo a lei, sigo ordem judicial. Se acontecer de ter a prisão, eu vou me apresentar. Mas meus médicos são unânimes em dizer que eu não sobreviveria na cadeia”, declarou a deputada. Ao se aproximar do fim da entrevista, um de seus assessores a interrompeu para lhe entregar água e medicamentos.

A sentença, definida por unanimidade, contou com o voto do relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, que classificou as ações como uma “afronta direta à dignidade da Justiça”. Ele foi acompanhado pelos demais membros da Primeira Turma: Flávio Dino, Cristiano Zanin, Luiz Fux e Cármen Lúcia.

Vazamento de conversa gera crise de confiança no governo

Por Karoline Cavalcante

A escolha de um representante para compor o primeiro escalão do governo federal é feita com base na confiança do presidente da República de que as decisões tomadas pela gestão serão respeitadas e haverá a manutenção do sigilo de tudo que é falado nos ambientes privados. É o que explica o cientista político Rócio Barreto ao Correio da Manhã. A análise leva em consideração as recentes insatisfações demonstradas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com sua equipe ministerial, devido ao vazamento de conversas ocorridas em um jantar privado com o presidente da China, Xi Jinping.

Um interlocutor revelou ao portal G1 que a primeira-dama brasileira Rosângela da Silva, a Janja, teria protagonizado um constrangimento em reunião com o líder do país asiático. Na ocasião, teria pedido a palavra para falar sobre os problemas da rede social chinesa TikTok em meio ao avanço da extrema-direita no Brasil. Ao deparar com a matéria, Lula saiu em defesa de sua esposa durante entrevista coletiva realizada na última terça-feira (13). Disse que o assunto foi levantado por ele, e ela complementou — e que tem liberdade para isso. Mas, para além disso, questionou veementemente forma e como a informação chegou à imprensa,



Ricardo Stuckert / PR

Vazamento de conversa de Janja irritou Lula

sa, já que o encontro era reservado e somente havia alguns de seus ministros no local.

Bronca

Em novas atualizações sobre o caso, a Folha de S. Paulo divulgou nesta quinta-feira (15), que durante o voo de volta da China para o Brasil, Lula fez um forte desabafo aos ministros que o acompanharam na viagem. No avião, classificou o vazamento como “deslealdade” e criticou a quebra de confiança por parte de membros da própria comitiva. “É inadmissível que pessoas escolhidas a dedo por mim para ir ao jantar que-

brem a minha confiança atacando a minha mulher”, disse, segundo presentes.

Sem citar nomes, o chefe do Palácio do Planalto afirmou que não abriria uma investigação formal nem exigiria acesso a celulares. Dos cinco ministros que participaram do jantar, Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária), Alexandre Padilha (Saúde), Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) e Mauro Vieira (Relações Exteriores), negaram na hora envolvimento com o episódio. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, no entanto, permaneceu em silêncio no momento e, embora tenha sido

apontado nos bastidores como principal suspeito, negou.

Na avaliação de Rócio Barreto, é necessário que haja uma melhor investigação interna, a fim de descobrir quem foi o responsável pela divulgação das informações. Segundo ele, por menos importante que pareça ser, gerou “um estrago grande em um governo que já vem sendo questionado” e o causador deveria ser substituído do cargo. “O vazamento gera especulação e causa um prejuízo enorme e, quem sabe, irreparável”.

Fogo amigo

Para o coordenador de Análise Política da BMJ Consultores Associados, Lucas Fernandes, o fogo amigo contra Janja não é novidade.

Ele aponta que no início do governo, ela estava empoderada e com uma atuação relevante, o que a tornava mais exposta a críticas.

Com o tempo, porém, Lula foi diminuindo sua influência e visibilidade.

“Então, essa postura do presidente de ser mais vocal e de ir a público dizer que considerou essa atitude desleal por parte da sua comitiva vem desse fato: ele entende que Janja está fazendo a parte dela e que seria papel dos aliados, nesse momento, deixar de criticá-la, já que boa parte das críticas das quais ela é alvo acabam tendo que ser respondidas pelo presidente”, explicou.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Geraldo Magela/Agência Senado



Lula cobrou de Alcolumbre investigação ampla

INSS: governo quer apuração também sobre Bolsonaro

Depois de desistir de lutar contra a criação da CPMI do INSS, o governo conseguiu arrancar do presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), o compromisso de que a investigação também vai alcançar o mandato de Jair Bolsonaro.

Havia o receio de que, por ter sido proposta por opositoristas, a CPMI se concentrasse na fase posterior à posse do pre-

sidente Lula, ainda que o requerimento de criação do grupo não restrinja o período a ser investigado.

Na avaliação do Planalto, a comissão será palco de um grande embate entre governo e oposição — cada bloco vai tentar jogar a responsabilidade no outro. Governistas vão insistir na tese de que a roubaheira tomou fôlego sob Bolsonaro e foi apurada por Lula.

Centrão

O embate vai favorecer o Centrão, histórico fiel da balança no Congresso. Caberá a esse grupo de partidos definir se a CPMI andará mais para um lado ou para o outro. E o governo sabe que o fato de partidos do bloco integrarem o governo não serve de garantia para nada.

Perdedores

Há também a expectativa de que a abrangência do escândalo sirva para arrefecer as investigações — inclusive por parte de integrantes do Centrão. Isso, para evitar a previsão de um integrante do governo: a CPMI tende a gerar mais perdedores do que vencedores.



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Boulos é um dos que veem vantagens na comissão

Nos bastidores, governistas defenderam CPMI

Apesar do discurso oficial de que o trabalho da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União ressalta que não havia necessidade de CPI ou de CPMI, muitos governistas, internamente, defendiam a entrada do parlamento na apuração.

Entre eles estão o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ) e os deputa-

dos como André Janones (Avante-MG) e Guilherme Boulos (Psol-SP). Outros integrantes da bancada do Psol também queriam a comissão.

Na avaliação deles, a CPMI será um bom espaço para o governo mostrar pecados bolsonaristas. E, vale lembrar, as CPIs são ótimos palcos para parlamentares.

Frei Chico

Uma das prováveis primeiras tarefas da bancada do Planalto será tentar barrar a convocação de José Ferreira da Silva, o Frei Chico, irmão de Lula, vice-presidente de um sindicato suspeito de participar das fraudes. Governistas vão alegar que ele não preside a entidade.

Cheiro do céu

Caberá a um brasileiro perfumar a missa que marcará o início oficial do pontificado de Leão XIV. Fundador da empresa Incenso Milagros, Martinho da Rocha chegou esta semana à Roma e entregou o incenso que será usado na cerimônia de depois de amanhã.

Todos os nomes

O contra-ataque do governo incluirá a convocação de José Carlos Oliveira, ex-presidente do INSS que, sob Bolsonaro, chegou a ministro do Trabalho. Citado nas investigações ele, segundo a PF, agora se apresenta como Ahmed Mohamad Oliveira Andrade.

Aroma da paz

Desde 2007 que ele fornece o incenso para o Vaticano. A nova fórmula inclui substâncias como mirra (a dos Reis Magos), olíbano, estoraque, nardo, rosa e lavanda. O nome do incenso é do incenso foi batizada de “Pacem in Terris”, referência à encíclica do papa João XXIII.